



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIO DE  
SERGIPE - FANESE**

**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SHIRLEY KAROLA BATISTA SANTOS**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: uma ferramenta eficaz para o  
desenvolvimento sustentável**

Aracaju - SE

2013

**BIBLIOTECA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE  
FANESE**

**SHIRLEY KAROLA BATISTA SANTOS**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: uma ferramenta eficaz para o  
desenvolvimento sustentável**

**Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Orientadora: Wandeuza dos Santos Souza Nunes**

**Coordenadora de Curso: Profa. Esp. Luciana Matos dos Santos Figueiredo**

**Aracaju - SE**

**2013**

**SHIRLEY KAROLA BATISTA SANTOS**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: uma ferramenta eficaz para o  
desenvolvimento sustentável**

Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis. Banca examinadora formada por:

Aprovada com média: \_\_\_\_\_

---

**Profa. Esp. Wandeuza dos S. S. Nunes**  
**Orientadora**

---

**Professor Avaliador**

---

**Professor Avaliador**

---

**Shirley Karola Batista Santos**

Aracaju (SE), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

## RESUMO

O trabalho tem como tema Contabilidade Ambiental: uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento sustentável, que vem abranger a nova visão para as gerações futuras de negócios sustentáveis. Assim, visando demonstrar com clareza e expansão a necessidade de vincular a Contabilidade Ambiental com o Desenvolvimento Sustentável, este trabalho busca conceituar o que é Contabilidade Ambiental, correlacionando essa ciência social a sustentabilidade das entidades que estão ligadas a recursos ambientais em suas produções e nas leis que regem esse uso. Descrevendo ainda, suas técnicas e demonstrações para o uso fidedigno das informações apresentadas e o papel do profissional contábil para difundir a ideia de lucro sustentável. O trabalho esclarece através de pesquisa teórica, quais atividades empresariais e industriais necessitam da Contabilidade Ambiental para consolidar seu lucro ao processo de renovação dos recursos naturais, como ocorrem a venda e a compra de créditos de carbono e a descrição das commodities ambientais, que se incluem nesse universo ambiental e econômico. Concluindo-se então com o que foi discorrido no trabalho, que a Contabilidade Ambiental é a base para alcançarmos o mundo verde e melhor, totalmente sustentável.

**Palavras-chave:** Contabilidade Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Relevância do profissional contábil.

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1 – Balanço Patrimonial adaptado ao ambiente proposto.....</b>	<b>23</b>
<b>Tabela 2 – Balanço Patrimonial de acordo com as alterações da Lei 11.638/07.....</b>	<b>24</b>
<b>Tabela 3 – Demonstração de Resultado.....</b>	<b>25</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Investimentos de Projetos Sociais em 2008.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 2 – Total de Gastos e Investimentos em meio ambiente.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 3 – Reaproveitamento de Materiais/2011.....</b>	<b>27</b>

## SUMÁRIO

### RESUMO

### LISTA DE TABELAS

### LISTA DE FIGURAS

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1.1 Objetivos.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1.1 Objetivos Gerais.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1.1 Objetivos específicos.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 Metodologia.....</b>	<b>10</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Contabilidade Ambiental.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>12</b>
<b>2.3 Algumas Leis que regulamentam o uso dos recursos naturais no Brasil.....</b>	<b>13</b>
<b>2.4 Créditos de Carbono.....</b>	<b>14</b>
<b>2.4.1 As commodities ambientais.....</b>	<b>15</b>
<b>2.5 A Contabilidade Ambiental e as técnicas de evidenciação dos fatos ambientais.....</b>	<b>16</b>
<b>2.6 Plano de Contas Ambiental.....</b>	<b>18</b>
<b>2.6.1 Ativos Ambientais.....</b>	<b>18</b>
<b>2.6.2 Passivos Ambientais.....</b>	<b>19</b>
<b>2.6.3 Patrimônio Líquido.....</b>	<b>20</b>
<b>2.6.4 Contas Credoras e Devedoras do Plano de Contas.....</b>	<b>21</b>
<b>2.7 Balanço Patrimonial Ambiental e Demonstração de Resultado.....</b>	<b>23</b>
<b>2.8 Algumas Empresas Brasileiras que iniciaram suas divulgações socioambientais através de relatórios e demonstrativos.....</b>	<b>26</b>
<b>2.9 O papel do profissional contábil para difundir a ideia de gestão ambiental e da sustentabilidade.....</b>	<b>27</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer de tantos anos, a exploração dos recursos ambientais para a produção de bens e serviços vem tornando esses recursos cada vez mais escassos ou irrecuperáveis para garantir a produção para as futuras gerações ou até mesmo para a atual. Firmando essa necessidade, o uso da Contabilidade Ambiental torna-se fundamental para o processo de recuperação desses recursos, para a avaliação dos impactos positivos e negativos para o meio ambiente, para a própria entidade e para a sociedade.

Precisamos então entender o que é essa contabilidade, suas técnicas e demonstrações, o que está relacionado com a produção de bens e serviços, por que é necessário preservar os recursos naturais e como tudo isso está ligado ao desenvolvimento sustentável.

*Ligando o conceito de contabilidade ambiental com o de desenvolvimento sustentável*, entenderemos que não será possível fazer planejamento, criar estratégias e conseqüentemente renovar esses recursos, sem um meio para torná-lo seguro e confiável. Para isso a contabilidade que se fundamenta em técnicas, demonstrações e é totalmente baseada na lei e nos princípios, é capaz de desenvolver informações claras, verdadeiras e objetivas para as entidades que necessitam adotar medidas para a gestão ambiental.

Dentro desse contexto veremos o tratamento dado pela Contabilidade Ambiental aos recursos ambientais necessários para a produção, para os créditos de carbono e para as commodities ambientais, além de conhecer como eles estão sendo desenvolvidos no campo empresarial e na geração de riqueza patrimonial para a entidade.

Em virtude de tantas informações a serem avaliadas, mensuradas e evidenciadas, a Contabilidade Ambiental será o meio de ligação dessas informações com o que chamaremos de futuro verde. Dessa forma qual será o papel do contador nesse novo caminho e como este profissional será visto quando a realidade futura se tornar presente?

Nesse sentido, as informações a seguir trarão o conceito de Contabilidade Ambiental e desenvolvimento sustentável, a visualização de algumas leis que regulamentam a utilização dos recursos naturais, como ocorre à negociação de créditos de carbono e a natureza

das commodities ambientais. E como as demonstrações e técnicas contábeis serão utilizadas para evidenciar essas informações.

Consideraremos ainda o papel importantíssimo do profissional contábil ao difundir a ideia de sustentabilidade e lucratividade e o melhor caminho para chegar-se ao desenvolvimento ambiental-econômico das entidades e da própria sociedade.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivos Gerais**

A pesquisa teórica baseia-se nos conceitos já estudados e desenvolvidos por diversos autores e estudiosos, uma vez que sustentabilidade está inserida em todo universo prático do nosso cotidiano. Alicerçado a isso, a *Contabilidade Ambiental* é um meio eficiente para se buscar o desenvolvimento sustentável. A pesquisa irá interligar esse ramo da Contabilidade ao universo empresarial sustentável, atribuindo importância às suas técnicas e demonstrações na preservação das produções de bens e serviços atuais como futuros.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

Conceituar com clareza e expansão o entendimento sobre a Contabilidade Ambiental, demonstrando a importância da adequação da técnica contábil, com a avaliação de ativos e mensuração de passivos, todos eles ambientais, para o universo ecológico e sustentável.

Versar algumas leis que regularizam e limitam o uso dos recursos naturais pelas entidades, normatizando a exploração desses recursos e a conscientização das atitudes que impactam o meio ambiente nessa exploração.

Demonstrar a estrutura de um Balanço Patrimonial e uma Demonstração de Resultado adaptados aos efeitos ambientais em que a entidade está inserida em suas produções.

Descrever o conceito de crédito de carbono, o tratamento dado por esse ramo da contabilidade com o provento da ideia de sustentabilidade, diferenciando-o das commodities ambientais.

Difundir o papel fundamental do profissional contábil na renovação dessa ciência social para mais uma ramificação, adequando-se ao desenvolvimento sustentável.

## **1.2 Metodologia**

A pesquisa está caracterizada como bibliográfica, uma vez que foi baseada na teoria de diversos autores, além de interligarem-se as leis, resoluções e fundamentos da própria Contabilidade, do meio ambiente e da sociedade.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Contabilidade Ambiental**

Em meio a uma nova era de globalização e mudanças constantes de tecnologias, a geração de riquezas para as entidades é em tese, o princípio para a produção de bens e serviços. Mas não poderíamos nos esquecer de que para essa produção são necessários recursos naturais e da mesma importância, a sua preservação.

A *Contabilidade Ambiental* vem como base para agregar o lucro com a preservação dos recursos ambientais. Com suas técnicas, a contabilidade pode mensurar e avaliar, reconhecer e distribuir meios para os quais haja planejamento e estratégia para o desenvolvimento da entidade.

*Simplificando o conceito de contabilidade ambiental, podemos entender como mais um ramo da ciência que estuda o patrimônio, mas direcionada para a preservação dos recursos da natureza empregados na produção de serviços e bens.*

Paiva (2003, p. 17) conceitua contabilidade ambiental como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetros em suas tomadas de decisões.

Conceituar essa contabilidade ambiental é objetivar sua função, tão importante, como necessária para a visão desse novo mundo, um mundo sustentável. Com sua utilização socializa-se a necessidade de buscar os meios ambientais como a água, o solo, as plantas, com a geração de riqueza para a entidade. A busca de rentabilidade pelas empresas não pode ultrapassar a capacidade da própria natureza de se recuperar dos impactos causado pela exploração de seus recursos.

Qual seria o investidor que se arriscaria em investir em uma empresa que tem limitação para a geração de lucro? Nenhum, pois a ideia de um bom investimento é ter retorno constante e multiplicado. Assim, com a utilização da contabilidade ambiental podem-se definir meios tanto para a produção como também para a preservação.

A contabilidade ambiental estimula o processo decisório na gestão, identificando os impactos causados na natureza, mensurando e avaliando as possíveis soluções para diminuir ou acabar com a degradação ambiental, gerando uma visão de sustentabilidade ambiental.

Quando se é produzido bens ou serviços, em que os recursos naturais serão utilizados, não poderia somente identificar os custos e despesas para essa produção, ou simplesmente esperar o retorno em receitas e geração de lucros, há um contorno bem mais abrangente que essa visão. E é nesse momento que a contabilidade ambiental e suas técnicas desenvolvem modelos de reorganização dessa entidade, para que todos os custos sejam planejados no instante da produção do serviço ou bem, até o seu descarte pelo consumidor final.

A função da contabilidade ambiental é resguardar produção, gerar lucros e prover o desenvolvimento sustentável da entidade. Entendemos que a Contabilidade é uma ciência social e que necessariamente deve se adequar as novas formas de socialização do meio ao qual está inserida e que é base para a valoração das entidades, da quais necessitam de suas técnicas, demonstrações e divulgações para está dentro da globalização mundial.

## **2.2-Desenvolvimento Sustentável**

Desenvolver é progredir, melhorar, propagar, e sustentável é manter-se por si mesmo. A junção desses dois significados descreve o que estamos vivendo nesta geração. É necessário produzir e resguardar os recursos para produções futuras.

O homem interfere na natureza desde tempos remotos da caverna, mas antes, sem a preocupação de cuidar dos recursos naturais usados. Para essa nova geração, não há como continuar com esse raciocínio de modificar o solo, derrubar as florestas, poluir ar, rios e paisagens, sem calcular os impactos causados diretos ou indiretos dessa atitude. A entidade possui sua própria responsabilidade, como também a própria população, que se habituou a querer o produto sem se preocupar como ele foi criado, quais recursos naturais sofreram impactos negativos durante essa produção e de que maneira esse impacto chegará à própria sociedade.

Desenvolvimento sustentável é adquirir um raciocínio lógico sobre a preservação da espécie humana como também dos outros seres vivos que dependem da natureza para sua

sobrevivência. Sem a organização de um novo sistema, planejamento e decisões acertadas não haverá como firmar a necessidade de ter no dia-a-dia o conceito de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Vellani (2011) define desenvolvimento sustentável como:

Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazerem suas próprias necessidades. Desenvolver sustentavelmente significa promover o desenvolvimento econômico concomitantemente à preservação do meio ambiente e relações justas de trabalho. (VELLANI, 2011, p. 3)

Dessa maneira não há como ocorrer o desenvolvimento sustentável sem transformar as políticas públicas, a conscientização da sociedade e a visão empresarial. Para que todos ganhem nesse processo de renovação ambiental e social, homem deve interferir no meio ambiente, utilizar seus recursos, mas sem destruí-lo.

A relação da contabilidade ambiental com o modelo sustentável dessa nova geração requer comprometimento primeiramente da própria entidade com a produção limpa, gerar meios de preservação desses recursos e criar políticas de consumo para que a sociedade comece a refletir também sobre esse mesmo modelo. Com a contabilidade é possível gerar relatório ambientais, balanços socioambientais e reservas contingenciais, para iniciar esse novo processo.

Com esses primeiros passos poderão seguir traçando as metas, as estratégias e planos emergenciais para a recuperação dos recursos já explorados, como também para os que não foram.

### **2.3- Algumas Leis que regulamentam o uso dos recursos naturais no Brasil**

Dentre tantas leis criadas em nossa Constituição, as leis de preservação e uso dos recursos naturais se evidenciaram nessa última época. Não que elas não existissem, mas por estarem em uso constante nos projetos ambientais atuais.

Baseado no artigo escrito por Machado (2009), uma das leis mais antigas é a Lei das Atividades Nucleares nº 6.453, criada em 1977, que determina responsabilizar qualquer usuário civil ou jurídico pelo uso indevido de materiais nucleares, como também a sua comercialização de forma irregular, sem seguir as orientações que versa essa lei. Como também levar informações secretas sobre esse assunto.

A lei seguinte em termo de ano e de criação é a Lei de Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição nº 6.803/80, que versa a concessão aos estados e municípios em criarem limites ambientais de uso para as indústrias que desejam instalar-se em áreas estaduais e municipais.

Machado (2009) descreve também a Lei da Área de Proteção Ambiental, nº 6.902/81, que assegura percentuais de uso de áreas de ecossistemas, em que 90% não podem ser modificada e somente 10 % pode ser utilizado para fins de pesquisas e estudos científicos.

Nas mais diversas leis têm:

A Lei de Recursos Hídricos, criada em 1997, com nº 9.433.

A Lei de Gerenciamento Costeiro, criada em 1988, com nº 7.661.

A Lei da Exploração Mineral, criada em 1989, com nº 7.805.

A Lei da criação do Ibama, criada em 1989, com nº 7.735.

A Lei dos Agrotóxicos, criada em 1989, com nº 7.802. Entre outras.

Como podemos perceber a criação dessas leis não foram recentes, pois a necessidade de cuidar dos recursos naturais é antiga. Mas podemos evidenciar nessa amostragem que o recurso natural importante para a sobrevivência da humanidade só ganhou destaque a partir de 1997, com a Lei de Recursos Hídricos, que apesar da sua importância, foi explorado, consumido e danificado em grandes extensões pela própria população empresarial, como também social.

Mas entendemos que mesmo com a criação dessas leis, não diminui a importância da conscientização da humanidade para o uso impactante desses recursos, as leis trazem não somente punições para quem as infringem, mas também a percepção de uma nova visão global para um mundo melhor e verde.

#### **2.4-Créditos de Carbono**

Dentre as diversas leis e convenções criadas no sentido de diminuir a agressão ao meio ambiente ou até mesmo reduzir os impactos causados na exploração de recursos, o Protocolo de Quioto abriu uma ampla e ambiciosa discussão para o problema do efeito estufa e suas consequências ligadas à vida humana. O efeito estufa é o aquecimento exagerado da superfície terrestre ocasionado pela emissão de gases poluidores no ar, esses gases vêm das indústrias, dos automóveis que circulam, das queimadas das árvores, entre outras causas.

O Protocolo de Quioto regulamenta a compensação de alguns países em diminuir sua emissão de gases poluidores por créditos que podem ser vendidos entre países

participantes do acordo, dessa forma para cada tonelada de dióxido de carbono que deixa de ser lançada ao ar, a entidade tem um crédito de carbono. Esses créditos podem ser negociados na Bolsa de Valores e Mercadorias.

A economista Khalili explica como ocorre essa negociação:

As empresas recebem bônus negociáveis na proporção de suas responsabilidades. Cada bônus, cotado em dólares, equivale a uma tonelada de poluentes. Quem não cumpre as metas de redução progressiva estabelecida por lei, tem que comprar certificados das empresas mais bem sucedidas. (KHALILI, 2009, p. 128)

Para a Contabilidade esses créditos de carbono são considerados instrumentos financeiros, que possuem valor para a entidade que conseguir produzir os créditos e também para aquelas que não atingiram a meta estabelecida, uma vez que terão que adquiri-los.

Montoto (2011, p. 201) conceitua instrumento financeiro como “qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e um passivo financeiro ou um instrumento patrimonial para a outra entidade”.

Dessa maneira podemos entender o mecanismo dessa negociação e sua ligação para o desenvolvimento sustentável, uma vez que essas liberações para poluir interferem na parte econômica e financeira da entidade que vende os créditos, como também para as que compram. Além de estar ligado diretamente ao uso impactante de um recurso ambiental tão precioso, o ar.

O Colunista do Portal-Educação (2009), explica como ocorre a relação de mercado dos créditos de carbono:

“Comprar créditos de carbono no mercado corresponde aproximadamente a comprar uma permissão para emitir GEE. O preço dessa permissão, negociado no mercado, deve ser necessariamente inferior ao da multa que o emissor deveria pagar ao poder público, por emitir GEE. Para o emissor, portanto, comprar créditos de carbono no mercado significa, na prática, obter um desconto sobre a multa devida”. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2009).

#### **2.4.1-As commodities ambientais**

Vinculando ao conceito de créditos de carbono, trataremos a definição de commodity ambiental, em que Khalili (2009) descreve como:

Mercadorias originadas de recursos naturais em condições sustentáveis e são insumos vitais para a manutenção da agricultura e da indústria. Constituem um complexo produtivo que envolve sete matrizes: água, energia, minério, biodiversidade, madeira, reciclagem e controle de emissão de poluentes. (KHALILI, 2009, p. 57).

Observando o conceito descrito acima vemos que as commodities ambientais não se confundem com os créditos de carbono, pois as commodities ambientais têm como objetivo a sustentabilidade na geração das mercadorias produzidas através dos recursos ambientais. E os créditos de carbono são permissões para poluir o ambiente alicerçado a convenções e acordos estabelecidos entre os países que fazem parte do Protocolo de Quioto.

Não podemos esquecer que a gestão e o usuário da contabilidade ambiental buscam respostas para desenvolver a entidade, aumentar o patrimônio, mas concomitante com a adequação da produção de bens e serviços com a preservação dos recursos naturais utilizados nesse processo.

As commodities ambientais são produtos gerados a partir de uma produção limpa, sem agressão ao meio ambiente e aos seus recursos naturais. O empresário que adquire essa visão estar alicerçando sua estrutura empresarial a uma nova verdade, produzir através dos frutos naturais, gerar riqueza e ao mesmo tempo permitir e resguardar essa produção para gerações futuras.

#### **2.5-A Contabilidade Ambiental e as técnicas de evidenciação dos fatos ambientais.**

A Contabilidade Ambiental demonstra os fatos ocorridos dentro da entidade que geraram modificações no ambiente natural e que também interferem de modo significativo à estrutura da empresa no momento da produção de bens e serviços. Mesmo quando há a necessidades de aprimorar e renovar o conhecimento dos colaboradores. Uma vez que eles tratam diretamente com a produção de itens que estão ligados aos recursos retirados ou explorados da natureza.

Em continuidade com a própria contabilidade tradicional, a contabilidade ambiental descreve toda e qualquer atividade que tenha como base a exploração de recursos naturais e o impacto negativo, quanto positivo deixado por essa exploração.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p. 64) “essa contabilidade é mais ambiciosa que a contabilidade tradicional, visto que busca conhecer as externalidades negativas e registrar, mensurar, avaliar e divulgar todos os eventos ambientais”.

A seguir observemos algumas atividades produtivas que necessitam da Contabilidade Ambiental para evidenciar os fatos ocorridos em concordância com Tinoco e Kraemer (2008, p. 61- 62):

- Mineração de carvão
- Produção de cal
- Cana-de-açúcar
- Papel e celulose
- Siderurgia
- Indústria petrolífera, entre outras.

Todas essas atividades descritas acima e outras que venham se desenvolver a partir da exploração de recursos ambientais, devem ser contabilizados como custos ambientais, ativos ambientais e passivos ambientais, para que no resultado apresentado em relatórios, sejam demonstradas as receitas ambientais e as despesas ambientais.

As técnicas utilizadas na contabilidade ambiental são as mesmas praticadas na contabilidade tradicional, observando claramente o objetivo e a nomenclatura das contas, como também sua finalidade para quais serão demonstradas.

São técnicas utilizadas para desenvolver a contabilidade ambiental:

- Escrituração
- Auditoria
- Demonstrações contábeis
- Análises das demonstrações

A Contabilidade Ambiental também evidencia seus fatos através das demonstrações:

- Balanço Social
- DRE
- DVA, entre outras.

Além é claro, de ter entrelaçadas as técnicas e as demonstrações contábeis aos Princípios Contábeis e também nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Segundo a Resolução do CFC nº 750, os princípios aplicados na contabilização dos eventos ambientais são os tradicionais, também utilizados na contabilidade comum:

I- o da ENTIDADE;

II- o da CONTINUIDADE;

III- o da OPORTUNIDADE;

IV- o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;

V- o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA; (revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10).

VI- o da COMPETÊNCIA; e

VII- o da PRUDÊNCIA. (BRASIL, 1993)

Com o uso das demonstrações, as visualizações dos efeitos ambientais tornam-se mais amplos e claros, no qual o administrador da entidade terá base para criar meios mais produtivos relacionados com a preservação dos recursos ambientais. Além de conseguir estabelecer uniformidade aos seus registros, facilitando futuras comparações entre demonstrações de períodos diferentes.

## **2.6-Plano de Contas Ambiental**

Como todo ramo da contabilidade, há contas direcionadas para atender as necessidades que seus usuários necessitam. A contabilidade ambiental também é composta por contas que estão direcionadas para a mensuração, avaliação e distribuição das atividades que estão relacionadas à preservação dos recursos ambientais na produção.

### **2.6.1-Ativos ambientais**

Primeiro observemos o conceito de ativo para entendermos como funciona o ativo ambiental. Baseado em Iudícibus (2010, p.124 125) que diz: “Ativos são recursos controlados por uma entidade capazes de gerar, mediata ou imediatamente, fluxos de caixa”.

Então interligando os conceitos, os ativos ambientais são bens e direitos que a entidade possui e que estão diretamente ligadas às atividades de proteção e renovação dos recursos ambientais.

Ativos ambientais são conforme Braga (2007, p. 37) “recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros, e que tenham por finalidade, o controle, preservação e recuperação do meio ambiente”.

Visualizaremos alguns ativos ambientais que formam o plano de contas demonstrado por Tinoco e Kraemer (2008, p.75 e 76):

### **Ativo**

#### **Ativo Circulante**

- **Disponível** (caixa, bancos conta movimento).
- **Créditos** (clientes, clientes ambientais, subvenções ambientais a receber, créditos por serviços de assessoria ambiental).
- **Estoques** (matérias-primas, produtos reciclados, insumos ambientais, embalagens ambientais).

#### **Realizável a Longo Prazo**

##### **Ativo Permanente**

- **Investimentos** (participações em outras sociedades ambientais, participações em investimentos ambientais).
- **Imobilizado** (terrenos, jazidas e minas, obras civis, equipamentos ambientais, instalações ambientais, depreciação e exaustão acumulada).
- **Diferido**  
(projetos de gestão ambiental, treinamento ambiental, gastos de reorganização ambiental, amortização acumulada ambiental).  
(TINOCO E KRAEMER, 2008, p. 75 e 76).

### **2.6.2- Passivos ambientais**

Na contabilidade tradicional podemos dizer que o passivo representa todas as obrigações que a entidade possui para com terceiros de curto ou longo prazo. Da mesma forma entenderemos o conceito de passivo ambiental descrito por Kraemer (2005, apud, Santos-Corrêa et al, 2013, p. 43)

Passivo Ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto ou longo prazos, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício com destinação compulsória direcionada a investimentos na área ambiental. (Santos-Corrêa, 2013, p. 43)

Através desse raciocínio veremos o passivo ambiental como o reconhecimento de fatos que estejam direcionados a perdas ou até mesmo uma despesa que surge devido à exploração dos recursos ambientais.

A seguir veremos alguns passivos ambientais do plano de contas descritos por Tinoco e Kraemer (2008, p. 76 e 77):

### **Passivo**

#### **Passivo Circulante**

- **Empréstimos e Financiamentos** (financiamentos ambientais).
- **Fornecedores** (fornecedores de bens e serviços de proteção e recuperação ambiental).
- **Obrigações** (multas por danos ambientais, indenizações por danos ambientais, impostos verdes).
- **Provisões** (multas por danos ambientais, indenizações por danos ambientais, aquisições de bens e serviços de proteção e recuperação ambiental, impostos verdes).

#### **Passivo Exigível a longo prazo**

- As mesmas contas do passivo circulante, com exigência a longo prazo das obrigações. (TINOCO E KRAEMER, 2008, p. 76 e 77).

### **2.6.3- Patrimônio líquido**

O Patrimônio Líquido também possui contas direcionadas as atividades ambientais que interferem no patrimônio da entidade. Seguindo o plano demonstrado por Tinoco e Kraemer (2008, p.77 e 78) vemos:

#### **Patrimônio Líquido**

- **Capital Social**
- **Reserva de Lucros** (reserva contingencial para multas por danos ambientais, reserva contingencial para indenização por danos ambientais, reserva contingencial para aquisição de bens e serviços para proteção e recuperação ambiental, reserva contingencial para impostos verdes). (TINOCO E KRAEMER 2008, p.77 e 78).

#### 2.6.4- Contas credoras e devedoras do plano de contas

Nesse grupo veremos as receitas, as despesas e os custos ambientais, seguidos de seus conceitos:

- **Receitas Ambientais** são receitas oriundas de atividades ambientais que a entidade praticou e alterou seu patrimônio.
- **Despesas Ambientais** são despesas que foram geradas para obtenção das receitas ambientais e ligadas a todos os departamentos dentro da entidade que sejam envolvidos atividades ambientais para sua gestão e planejamento.
- **Custos Ambientais** são gastos que ao serem produzidos bens ou serviços ambientais, eles estarão inseridos como itens de ligação para a prevenção, reparação ou até a redução dos impactos causados durante essa produção.

Também fazem parte do plano de contas desenvolvido por Tinoco e Kraemer (2008, p.78 e 79):

##### **Receita Bruta**

- [...] **Receita Bruta de Produtos e Serviços Ambientais** (vendas de resíduos reciclados, vendas ou reutilização de co-produtos, aproveitamento de gases e calor, redução no consumo de matérias-primas, redução do consumo de água, prestação de serviços ambientais, subvenções governamentais).

##### **Despesa (custos) dos Produtos e Serviços Vendidos**

- [...] Custos (despesas) produtos e serviços ambientais.
- Custos vinculados à produção (*custos normais da atividade, custos e serviços ambientais*).
- Despesas de serviços externos para a proteção e recuperação ambiental.
- Despesas com prevenção e gestão ambiental
- Insumos ambientais [...]

##### **Despesas Operacionais**

- **Despesas Ambientais** (seguros ambientais, auditoria ambiental, licenças e impostos ambientais, multas ambientais, indenizações ambientais, provisões ambientais).  
(TINOCO E KRAEMER, 2008, p. 78 e 79).

Como vimos, o plano de contas ambiental é semelhante ao plano de contas da contabilidade tradicional, diferenciando apenas algumas nomenclaturas e a finalidade das

contas para o fim desejado. Para uma melhor visualização, as contas devem ter uma nomenclatura objetiva e clara, para que na evidenciação alcance seu objetivo, que é levar informações fidedignas e seguras para essa nova visão empresarial.

Em decorrência da necessidade de atualização, algumas contas descritas acima sofreram alterações de acordo com o que está disposto na Medida Provisória 449/08, da Lei 11.638/07, em que Conselho Federal de Contabilidade, na Resolução nº 1159/09 estabelece:

2. As definições da Lei nº. 11.638/07 e da MP nº. 449/08 devem ser observadas por todas as empresas obrigadas a obedecer à Lei das S/A, compreendendo não só as sociedades por ações, mas também as demais empresas, inclusive as constituídas sob a forma de limitadas, independentemente da sistemática de tributação por elas adotada.

3. As empresas de grande porte, de acordo com a definição da Lei nº. 11.638/07 (parágrafo único do art. 3º) devem, adicionalmente, observar as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (BRASIL, 2009)

Além de esclarecer o que foi alterado nessa resolução:

(a) Classificação do Ativo e do Passivo em “Circulante” e “Não Circulante”;  
(grifo meu)

(b) Extinção do grupo Ativo Permanente; (grifo meu)

(c) Restrição ao longo do exercício de 2008 e extinção, na data de 5/12/08, do subgrupo “Ativo Diferido”; (grifo meu)

(d) Criação do subgrupo “Intangível” no grupo do Ativo Não Circulante;

(e) Proibição da prática da reavaliação espontânea de ativos;

(f) Aplicação, ao final de cada exercício social, do teste de recuperabilidade dos ativos (teste de impairment);

(g) Registro, em contas de ativo e passivo, dos contratos de arrendamento mercantil financeiro (leasing);

(h) Extinção do grupo Resultados de Exercícios Futuros; (grifo meu)

(i) Criação, no Patrimônio Líquido, da conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”;

(j) Destinação do saldo de Lucros Acumulados;

(k) Alteração da sistemática de contabilização das doações e subvenções fiscais, anteriormente contabilizadas em conta de Reserva de Capital;

(l) Alteração da sistemática de contabilização dos prêmios nas emissões de debêntures, anteriormente contabilizados em conta de Reserva de Capital;

(m) Extinção da classificação das Receitas e Despesas em Operacionais e Não Operacionais; *(grifo meu)*(BRASIL, 2009)

## 2.7-Balanco Patrimonial Ambiental e a Demonstração de Resultado

O Balanço Patrimonial Ambiental a seguir foi adaptado para fornecer informações aos usuários que buscam dados para estabelecer segmentos para sua entidade. De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p.196) essa demonstração focalizam especialmente contas ambientais que empresas de diversos setores da economia movimentam, entre eles: os setores siderúrgicos, petroquímico, celulose e papel, cana-de-açúcar [...].

**Tabela 1: Balanço Patrimonial adaptado ao meio ambiente proposto.**

<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>CIRCULANTE</b>
<i>Disponível</i>	<i>Empréstimos e Financiamentos</i>
<i>Caixa e Banco C/Movimento</i>	<i>Financiamentos Ambientais</i>
<i>Aplicações de Liquidez</i>	<b>Fornecedores</b>
<b>Créditos</b>	<i>Fornecedores Ambientais</i>
<i>Clientes</i>	<b>Obrigações</b>
<i>(-) Duplicatas Descontadas</i>	<i>Multas por Danos Ambientais</i>
<i>Subvenções Ambientais a Receber</i>	<i>Indenizações por Danos Ambientais</i>
<i>Créditos por Assessoria Ambiental</i>	<i>Impostos Verdes</i>
<i>Outros Créditos</i>	<b>Provisões</b>
<b>Estoques</b>	<i>Multas por Danos Ambientais</i>
<i>Matérias-primas</i>	<i>Indenizações por Danos ambientais</i>
<i>Produtos em processo</i>	<i>Aquisições de Bens e Serviços Ambientais</i>
<i>Produtos Acabados</i>	<i>Restaurações Ambientais</i>
<i>Produtos Reciclados e Subprodutos</i>	
<i>Insumos Ambientais</i>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
<i>Embalagens Ambientais</i>	<i>Empréstimos e Financiamento</i>
	<i>Financiamentos Ambientais</i>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>Fornecedores</b>
<b>PERMANENTE</b>	<i>Fornecedores Ambientais</i>
<b>Investimentos</b>	<b>Obrigações</b>
<i>Participações Permanentes em Outras Sociedades</i>	<i>Multas por Danos Ambientais</i>
<i>Outros Investimentos Permanentes</i>	<i>Indenizações por Danos Ambientais</i>
<i>Participações em Fundos de Investimentos Ambientais</i>	<i>Impostos Verdes</i>
<b>Imobilizado</b>	<b>Provisões</b>
<i>Bens em Operação</i>	<i>Multas por Danos Ambientais</i>
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	<i>Indenizações por Danos ambientais</i>
<i>Instalações</i>	<i>Aquisições de Bens e Serviços Ambientais</i>
<i>Edifícios</i>	<i>Restaurações Ambientais</i>
	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>

<i>Móveis e Utensílios</i> <i>Bens em Operações Ambientais</i> <i>(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas</i> <i>Imobilização em processo</i> <b>Diferido</b> <i>Gastos de Implantação e Pré-Operacionais</i> <i>Gastos com Pesquisas e Desenvolvimento de Produtos</i> <i>Projetos de Gestão Ambiental</i> <i>Gastos de Reorganização Ambiental</i> <i>(-) Amortização Acumulada</i>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> <b>Capital Social</b> <b>Reservas de Lucros</b>  <i>Multas por Danos Ambientais</i> <i>Proteção Ambiental</i> <b>Reserva de Capital</b> <b>Lucros e Prejuízos Acumulados</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>

Fonte: (Tinoco e Kraemer, 2008, p.196 - 197)

A partir das alterações ocorridas na Lei 11.638/07 observam-se as seguintes modificações no Balanço Patrimonial Ambiental:

**Tabela 2: Balanço Patrimonial de acordo com as alterações da Lei 11.638/07.**

ATIVO	PASSIVO
<b>Ativo Circulante</b>	<b>Passivo Circulante</b>
<b>Disponível</b>	<b>Empréstimos e Financiamentos</b> (financiamentos ambientais).
Caixa	<b>Fornecedores</b> (certificados ou não ambientalmente)
Depósitos bancários à vista	<b>Passivos Fiscais e Ambientais</b>
Aplicações de Liquidez Imediata	ICMS a Recolher
<b>Clientes</b>	PIS e COFINS a RECOLHER
<b>Estoques</b>	CSLL a Recolher
Produtos Acabados	Provisão para IR
Matérias-Primas	Provisão para danos ambientais ocorridos
Produtos em Processo	<b>Outras Obrigações e Provisões</b>
Provisão para perdas (credora)	Salários e encargos a pagar
Provisão p/tratamento de resíduos e descartes (credora)	Comissões a pagar
<b>Ativo Não Circulante</b>	Dividendos Propostos
<b>Ativo Realizável a L. Prazo</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>
Créditos de Acionistas	<b>Empréstimos e Financiamentos</b>
Créditos de Diretores	Em moeda nacional
Créditos de Coligadas e controladas	Em moeda estrangeira
Impostos a Recuperar	Provisão para danos ambientais ocorridos
<b>Investimentos</b>	
Participações permanentes em outras empresas	
Outros Investimentos Permanentes	
<b>Imobilizado</b>	

Terrenos Obras Cívicas Instalações Máquinas e Equipamentos Veículos Máquinas e Equipamentos p/ emergências ambientais Depreciação Acumulada (credora)  <b>Intangível</b> Gastos de Implantação e Pré-operacionais Pesquisas e Projetos (Operacionais e/ou Ambientais) Outros Intangíveis Amortização acumulada (credora)	<b>Patrimônio Líquido</b>  Capital Social Reservas de capital Ágio na emissão de ações Reserva de lucros Prejuízos Acumulados Ações em Tesouraria
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>

Fonte: (Coelho e Lins, 2010, p.261-267)

A Demonstração de Resultado apresenta as contas ambientais que alteram o patrimônio da entidade, uma vez que suas operações entrelacem com o uso dos recursos naturais.

**Tabela 3: Demonstração de Resultado**

<b>1. Receita Bruta de Vendas</b> 1.1 Mercado Interno 1.2 Mercado Externo  <b>2. Dedução da Receita Bruta</b> 2.1 Vendas Canceladas 2.2 Devoluções e Abatimentos 2.3 Impostos sobre Vendas ICMS PIS e Confins sobre Receita Bruta  <b>3. Custo dos produtos Vendidos</b>  <b>4. Despesas Operacionais</b> <b>4.1 De Vendas</b> 4.1.1 Despesas com Pessoal 4.1.2 Comissões de Vendas 4.1.3 Propaganda e Publicidade 4.1.4 Despesas Gerais 4.1.5 Impostos e Taxas 4.1.6 Provisão para Devedores Duvidosos  <b>4.2 Administrativas</b> 4.2.1 Despesas com Pessoal 4.2.2 Ocupação 4.2.3 Serviços	<b>4.2.5 Impostos e Taxas</b> IPTU Taxas Municipais Impostos e Taxas Diversos  4.3 Resultados Financeiros Líquidos 4.4 Outras Receitas e Despesas Operacionais 4.4.1 Participações em Outras Sociedades  <b>5. Resultado Ambiental Líquido</b> 5.1 Receitas com a venda de resíduos ambientais 5.2 Despesas com reciclagem 5.3 Despesas com destinação/tratamento de resíduos 5.4 Despesas com implantação da ISSO 14.000 5.5 Multas por danos ambientais 5.6 Auditorias e consultorias ambientais 5.7 Doações e patrocínios ambientais  <b>6. Ganhos e Perdas de Capital</b>  <b>7. Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social</b>  <b>8. Participações</b>
---	--

Energia Elétrica Água e Esgoto Telefones e Correios <b>4.2.4 Despesas Gerais</b> Viagens e Representações Legais e Judiciais Serviços Profissionais e Terceirizados	8.1 Debêntures 8.2 Empregados 8.3 Administradores 8.4 Partes Beneficiárias 8.5 Fundos de Previdência dos Funcionários <b>9. Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>
---	--

Fonte: (Coelho e Lins, 2010, p. 266-267)

## 2.8 Algumas Empresas Brasileiras que iniciaram suas divulgações socioambientais através de relatórios e demonstrativos

Em meio a um cenário de mudanças sociais, as empresas devem se adequar ao novo modelo econômico. A sustentabilidade em suas produções é começo para quem pretende ter espaço no mercado futuro. Então a partir desse ideal algumas empresas brasileiras já começaram a desenvolver relatório que expõe atividades que estão ligadas ao meio ambiente. De acordo com o Balanço Social e Ambiental publicado pela Petrobras em 2008, alguns investimentos foram realizados nessas áreas:

**Figura 1: Investimentos em Projetos Sociais em 2008**

<b>INVESTIMENTO EM PROJETOS SOCIAIS EM 2008</b>		
LINHA DE ATUAÇÃO	NÚMERO DE PROJETOS	R\$ MIL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	267	35.752
Educação para a Qualificação Profissional	185	72.693
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	490	90.159
Fortalecimento de Redes e Organizações Sociais	38	4.427
Difusão de Informações para a Cidadania	78	17.139
Outros	16	4.907
<b>TOTAL</b>	<b>1.074</b>	<b>225.077</b>

Fonte: (Brasil, 2008).

**Figura 2: Total de Gastos e Investimentos em meio ambiente**

<b>TOTAL DE GASTOS E INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE</b>	
DESCRIÇÃO	R\$ MIL
Gastos ambientais relacionados com a produção/operação da empresa	1.635.203
Gastos com projetos de recuperação de áreas degradadas, de reflorestamento etc.	185.664
Gastos com equipamentos e sistemas de controle de poluição	98.884
Patrocínios	53.763
<b>TOTAL</b>	<b>1.973.514</b>

Fonte: (Brasil, 2008).

A Vulcan, outra empresa brasileira que possui uma das maiores produções de filmes e laminas de PVC, também divulga através de relatórios em seu Balanço Social de 2011, como ocorre a destinação dos seus resíduos, de forma que não agrida o meio ambiente.

**Figura 3: Reaproveitamento de Materiais/2011**

REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS / 2011	
PVDC / Blister	30.000 kg
VAR SOL - Solvente utilizado para limpeza de bacias e tintas base	3.000 litros
PASTA - VAR SOL - Resíduo proveniente da limpeza utilizando Varsol	12.000 kg
Reaproveitamento de material com reforço reciclado	290.228 kg

Fonte: (Vulcan, 2011, p. 23).

A Souza Cruz, indústria de cigarros, também demonstra suas ações com o meio ambiente através de seu Relatório Anual de 2012, trazendo neste as seguintes informações:

- 3 parques ambientais, totalizando uma área de 310 hectares de preservação ambiental.
- 95% de resíduos reciclados
- 60% das embalagens de entrega de produtos reaproveitados
- 60% da matriz energética renováveis
- 3 fazendas de reflorestamento para geração de lenha, que é utilizada como fonte de energia.
- 100% do esgoto das fábricas tratados e 31% reutilizados
- 85% das emissões de carbono neutralizadas, e o restante compensado por práticas ambientais em áreas de preservação, parques ambientais e de reflorestamento mantidos pela Companhia. (Souza Cruz, 2013, p. 03).

Podemos observar que apesar das demonstrações descritas acima não estarem ainda incluídas em um meio técnico-contábil, essas empresas começam a exibir interesses na conservação do meio ambiente, como também no desenvolvimento socioeconômico das suas produções.

### **2.9-O papel do contador para difundir a ideia de gestão ambiental e da sustentabilidade.**

Em decorrência de tantas informações ambientais, evidenciação de fatos praticados pela entidade que impactam diariamente o meio ambiente durante a produção de

bens e serviços. O profissional contábil é o elo das mudanças que ocorrem nos tipos de demonstrações contábeis que devem ser divulgadas com a forma da conscientização do empresário em ater-se a essa nova mudança global.

O profissional contábil tem por objetivo instruir o empresário com o melhor caminho para tomadas de decisões, no âmbito econômico, financeiro, social e agora também ambiental. Então retornemos ao questionamento inicial: Qual investidor teria o interesse de investir em uma empresa, cuja sua maior preocupação é somente gerar lucros, sem a mínima preocupação de onde vem sua matéria-prima e se há ideia de continuidade dessa entidade?

É nesse ponto que o contador entra. Ele fornecerá relatórios coerentes, claros e objetivos, demonstrando de forma verdadeira, de acordo com as informações recebidas do empresário, em que ponto a empresa se encontra, se ela tem relação com sustentabilidade, responsabilidade social e se há preocupação com o que se está produzindo ou explorando para gerar seus produtos e serviços.

Não há como se falar de sustentabilidade se não alicerçarmos essa ideia a contabilidade ambiental e diretamente ao contador, que deverá ser o profissional capacitado para difundir a importância do processo ecologicamente correto na produção dos bens e serviços. A gestão ambiental situa-se que as mudanças estão ocorrendo em todos os meios sociais para que seu sistema funcione adequadamente.

Observemos o conceito de gestão ambiental descrita por Tinoco e Kraemer (2008, p.114): Gestão Empresarial é o sistema que inclui a estrutura organizacional, as atividades de planejamento, responsabilidade, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental.

Então aquele profissional que formar dentro da entidade o caminho para a gestão empresarial, não somente estará incluindo a entidade para a nova visão global, mas como também praticando o desenvolvimento sustentável desta. Esse deve ser o foco principal do contador com visão ambiental.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de explanar e desenvolver a importância da Contabilidade Ambiental, esse estudo teve como efeito descrever os conceitos aqui desenvolvidos, para gerar conhecimento de um ramo da Contabilidade tradicional e que apesar de ser necessário para uma produção segura e lucrativa de bens e serviços ligados a recursos naturais, ainda está sendo pouco utilizada pelas entidades brasileiras.

Para toda empresa que tiver como base essencial os recursos ambientais, esta terá que desenvolver e demonstrar não somente relatórios ou balanços sociais, mas toda uma contabilidade bem estruturada para que possa gerar informações claras e objetivas. E assim dessa forma traçar estratégias e metas de exploração dos recursos ambientais com a sua conservação e restauração.

A necessidade de mensurar, avaliar e reconhecer o custo gerado em produções que essencialmente ligados a alguns recursos naturais é antiga, como também as leis que regulamentam seu uso. Mas o que a torna evidente hoje é a preocupação de como acontecerá à produção desses bens e serviços sem esses recursos.

Como firmar empreendimentos, como investir em entidades que não possuem a certeza de continuidade? Para a isso é necessário obter informações, gerar relatórios, ter demonstrações claras e fidedignas para estimular esse investidor que tem a pretensão de ter lucratividade em seus investimentos. Mas sem a mensuração correta nada poderemos esclarecer a este.

A Contabilidade Ambiental é essencial para tornar essas informações seguras e claras para o investidor. Assim, através dessa pesquisa teórica constatamos a essencialidade da adoção dessa Contabilidade como instrumento de base para o desenvolvimento sustentável, desde que suas técnicas e demonstrações sejam desenvolvidas da maneira correta e verdadeira.

Os créditos de carbono tornaram-se o início para essa ampla discussão ambiental, que possui forma mais social do que empresarial, lucrativo. Vimos o conceito de commodities ambientais, produtos gerados de uma produção limpa e sustentável, que tem como objetivo somar seus recursos e conceitos ao desenvolvimento limpo.

Torna-se necessário esclarecer que ainda são insuficientes os métodos, as contas e as demonstrações contábeis para essa nova realidade, mas o profissional contábil tem que difundir e dar os primeiros passos para transformar a visão empresarial, que é somente lucrativa, para a sustentabilidade do seu negócio, dos seus recursos e da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Celia (Organizadora). **Contabilidade Ambiental: Ferramenta para Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Resolução nº 750/93. **Dispõe Sobre os Princípios de Contabilidade**. Disponível em: <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res750.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res750.htm)>. Acesso em 05 out. 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 1159/09. **Dispõe sobre as principais alterações trazidas pela Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08** Disponível em: <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/.../Res1159.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/.../Res1159.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2013.

BRASIL. Petrobras. **Balanco Social Ambiental 2008**. Disponível em <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca/relatorio-de-sustentabilidade/balanco-social-e-ambiental-2008.htm>>. Acesso em: 19 de out. 2013.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

KHALILI, Amyra El. **Commodities Ambientais em missão de paz-novo modelo econômico para a América Latina e o Caribe**. Disponível em: <[amyraelkhalili.blogspot.com.br](http://amyraelkhalili.blogspot.com.br)>. Acesso em: 12 out. 2013.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **As 17 Leis mais importantes**. Disponível em <<http://www.portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/sociedade/legislacao-direito-ambiental/537-as-17-leis-ambientais-mais-importantes->>. Acesso em: 19 de out. 2013.

MONTOTO, Eugênio. **Contabilidade Esquematizada**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Créditos de Carbono**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/29222/creditos-de-carbono>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

SANTOS CORRÊA et al. **A Contabilidade Ambiental como garantia de responsabilidade ambiental: o caso do passivo ambiental**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano XLII nº 200, p. 43. Mar/ Abr. 2013.

SOUZA CRUZ. **Relatório Anual 2012**. Disponível em <[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou\\_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7X7MUC/\\$FILE/medMD97JHW4.pdf?openelement](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7X7MUC/$FILE/medMD97JHW4.pdf?openelement)> Acesso em: 19 de out. 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.

VELLANI, Cassio Luiz. **Contabilidade e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2011.

VULCAN. **Balço Social 2011**. Disponível em <<http://extranet.vulcan.com.br/download.asp>>. Acesso em: 19 de out. 2013.

## ABSTRACT

The work has the theme Environmental Accounting: an effective tool for sustainable development, which has been covering the new vision for the future generations of sustainable business. Thus, in order to clearly demonstrate the need to expand and link with the Environmental Accounting for Sustainable Development, this paper seeks to conceptualize what is Environmental Accounting, correlating this science social sustainability of the entities that are linked to environmental resources in their productions and laws governing such use. Describing still, their techniques and demonstrations for the use of reliable information presented and the role of the accounting professional to spread the idea of sustainable profit. The work clarifies through theoretical research, business and industrial activities which require the Environmental Accounting to consolidate its profit in the process of renewal of natural resources, such as occur the sale and purchase of carbon credits and description of environmental commodities, which are included in this universe environmental and economic. Concluding then what was discoursed at work, the Environmental Accounting is the basis for achieving the world green and better fully sustainable.

Keywords: Environmental Accounting. Sustainable Development. Role of the accounting professional.